

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



RELATÓRIO CONTÁBIL

2º TRIMESTRE/2021

MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

Fábio Salustino Mesquita de Faria

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Vitor Elísio Goés de Oliveira Menezes

SECRETÁRIA-EXECUTIVA ADJUNTA

Flávia Duarte Nascimento

SUBSECRETARIO DE ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Djair Fiorillo Lopes

COORDENADORA GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Lilian Almeida Barra

COORDENADORA DE CONTABILIDADE

Lígia de Almeida Silva

EQUIPE TÉCNICA

Divisão de Análise Contábil e de Custos

Emerson Costa Nogueira Sousa

Brasília, 27 de julho de 2021

Contexto Operacional

O Ministério das Comunicações é órgão da administração federal direta, criado pela Lei 14.074, de 14 de outubro de 2020.

Integram a estrutura básica do Ministério das Comunicações, a Secretaria Executiva, a Secretaria Especial de Comunicação Social – SECOM, composta pela Secretaria de Publicidade e Promoção – SEPUP e Secretaria de Comunicação Institucional – SECOI; a Secretaria de Radiodifusão – SERAD; e a Secretaria de Telecomunicações – SETEL.

O Ministério das Comunicações tem como missão ampliar a conectividade, aprimorar a qualidade dos serviços de comunicação e assegurar a prestação de informações governamentais essenciais à proteção da soberania nacional e ao exercício da cidadania.

Constituem áreas de competência do Ministério:

- ✓ Política nacional de telecomunicações;
- ✓ Política nacional de radiodifusão;
- ✓ Serviços postais, telecomunicações e radiodifusão;
- ✓ Política de comunicação e divulgação do governo federal;
- ✓ Relacionamento do governo federal com a imprensa regional, nacional e internacional;
- ✓ Convocação de redes obrigatórias de rádio e televisão;
- ✓ Pesquisa de opinião pública; e
- ✓ Sistema brasileiro de televisão pública.

Tendo como visão institucional tornar o Brasil país referência na democratização do acesso a tecnologias de comunicação, na promoção da liberdade de pensamento e na garantia do direito à informação de qualidade, o Ministério das Comunicações objetiva, como geração de resultados para a sociedade:

- ✓ Promover a competitividade, assegurar investimentos e ampliar a oferta dos serviços de radiodifusão à população do Brasil;
- ✓ Garantir a oportunidade de acesso a serviços de telecomunicações de alta qualidade, promover a inclusão digital, fortalecer a inovação tecnológica e apoiar a transformação digital;
- ✓ Promover a divulgação de informações governamentais necessárias ao pleno exercício da cidadania; e
- ✓ Modernizar, ampliar e melhorar a qualidade da prestação dos serviços postais.

Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

Demonstrações Contábeis, são as peças elaboradas pelo Setor Público observando o que contém na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001 e na Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Ministério das Comunicações e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal.

Compõem as principais Demonstrações Contábeis do Ministério das Comunicações o Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Patrimonial (BP) e as Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP), exigidos pela Lei nº 4.320/1964. As Demonstrações Contábeis estão complementadas pelas notas explicativas no item específico.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual SIAFI.

- Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras – A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no Balanço Financeiro – BF e na Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

- Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

- Créditos a curto prazo – compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, transferências concedidas, empréstimos e financiamentos concedidos, adiantamentos e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

- Estoques – Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

- Ativo realizável a longo prazo – Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, empréstimos e financiamentos concedidos, investimentos temporários e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

- Investimentos – São compostos por: participações permanentes, propriedades para investimento e demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: valor justo e custo depreciado. Os demais investimentos representam cotas integralizadas no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (*impairment*), fruto de avaliações periódicas.

- Imobilizado – é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que, tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

- Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado

de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

- Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis – A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

- Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet – O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

- Reavaliação, redução ao valor recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;

- Passivos circulantes e não circulantes – as obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar, obrigações fiscais, obrigações de repartições a outros entes, provisões e demais obrigações.

- Provisões – As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas, riscos fiscais, riscos cíveis, repartição de créditos tributários, provisões matemáticas, e outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo e está de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015.

- Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

- i. Resultado Patrimonial na Demonstração das Variações Patrimoniais confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas, se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial, caso contrário será Déficit Patrimonial.

- ii. No Balanço Orçamentário é apurado o Resultado Orçamentário, o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário

- iii. No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro, caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feito no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Balanço Financeiro

| INGRESSOS | | | DISPÊNDIOS | | |
|---|--------------------------|------|---|--------------------------|------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 | ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 |
| Receitas Orçamentárias | 1.603.599.903,19 | - | Despesas Orçamentárias | 1.380.600.218,78 | - |
| Ordinárias | - | - | Ordinárias | 577.431.177,49 | - |
| Vinculadas | 1.603.879.961,41 | - | Vinculadas | 803.169.041,29 | - |
| Previdência Social (RPPS) | - | - | Seguridade Social (Exceto Previdência) | 33.307.809,38 | - |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 1.603.879.961,41 | - | Previdência Social (RPPS) | 3.943.615,77 | - |
| (-) Deduções da Receita Orçamentária | -280.058,22 | - | Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 765.917.616,14 | - |
| Transferências Financeiras Recebidas | 1.291.870.163,16 | - | Transferências Financeiras Concedidas | 4.800.005.458,52 | - |
| Resultantes da Execução Orçamentária | 1.008.331.091,64 | - | Resultantes da Execução Orçamentária | 529.789.937,99 | - |
| Cota Recebida | 494.074.453,30 | - | Repasse Concedido | 486.093.235,92 | - |
| Repasse Recebido | 470.559.936,27 | - | Sub-repasse Concedido | 43.696.702,07 | - |
| Sub-repasse Recebido | 43.696.702,07 | - | Independentes da Execução Orçamentária | 4.270.215.520,53 | - |
| Independentes da Execução Orçamentária | 283.539.071,52 | - | Transferências Concedidas para Pagamento de RP | 127.804.099,85 | - |
| Transferências Recebidas para Pagamento de RP | 226.665.299,59 | - | Demais Transferências Concedidas | 1.766.097.145,72 | - |
| Demais Transferências Recebidas | 570.813,70 | - | Movimento de Saldos Patrimoniais | 2.376.314.274,96 | - |
| Movimentação de Saldos Patrimoniais | 815.196,75 | - | Aporte ao RPPS | - | - |
| Movimentações para Incorporação de Saldos | 55.487.761,48 | - | Aporte ao RGPS | - | - |
| Aporte ao RPPS | - | - | | | |
| Aporte ao RGPS | - | - | | | |
| Recebimentos Extraorçamentários | 2.025.809.679,43 | - | Pagamentos Extraorçamentários | 244.100.915,72 | - |
| Inscrição dos Restos a Pagar Processados | 71.243.152,04 | - | Pagamento dos Restos a Pagar Processados | 51.899.747,17 | - |
| Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados | 688.821.166,57 | - | Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados | 167.463.829,93 | - |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 286.577.315,14 | - | Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 24.735.051,96 | - |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários | 979.168.045,68 | - | Outros Pagamentos Extraorçamentários | 2.286,66 | - |
| Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento | 50.504,51 | - | Valores Compensados | 2.286,66 | - |
| Arrecadação de Outra Unidade | 952.515.428,14 | - | | | |
| Demais Recebimentos | 26.602.113,03 | - | | | |
| Saldo do Exercício Anterior | 7.069.603.157,66 | - | Saldo para o Exercício Seguinte | 5.566.176.310,42 | - |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 7.069.603.157,66 | - | Caixa e Equivalentes de Caixa | 5.566.176.310,42 | - |
| TOTAL | 11.990.882.903,44 | - | TOTAL | 11.990.882.903,44 | - |

2. Balanço Orçamentário

| RECEITA | | | | | |
|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|--------------------------|--|
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | SALDO | |
| RECEITAS CORRENTES | 3.768.941.237,00 | 3.768.941.237,00 | 1.558.529.040,83 | -2.210.412.196,17 | |
| Receitas Tributárias | 1.396.957.519,00 | 1.396.957.519,00 | 184.188.443,17 | -1.212.769.075,83 | |
| Impostos | - | - | - | - | |
| Taxas | 1.396.957.519,00 | 1.396.957.519,00 | 184.188.443,17 | -1.212.769.075,83 | |
| Contribuições de Melhoria | - | - | - | - | |
| Receitas de Contribuições | 1.121.266.964,00 | 1.121.266.964,00 | 655.631.208,53 | -465.635.755,47 | |
| Contribuições Sociais | - | - | - | - | |
| Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico | 1.121.266.964,00 | 1.121.266.964,00 | 655.631.208,53 | -465.635.755,47 | |
| Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis. | - | - | - | - | |
| Receita Patrimonial | 426.356.636,00 | 426.356.636,00 | 174.505.758,66 | -251.850.877,34 | |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | - | - | - | - | |
| Valores Mobiliários | 71.101.141,00 | 71.101.141,00 | 46.962.752,65 | -24.138.388,35 | |
| Delegação de Serviços Públicos | 355.255.495,00 | 355.255.495,00 | 127.543.006,01 | -227.712.488,99 | |
| Exploração de Recursos Naturais | - | - | - | - | |
| Exploração do Patrimônio Intangível | - | - | - | - | |
| Cessão de Direitos | - | - | - | - | |
| Demais Receitas Patrimoniais | - | - | - | - | |
| Receita Agropecuária | - | - | - | - | |
| Receita Industrial | - | - | - | - | |
| Receitas de Serviços | 562.973.912,00 | 562.973.912,00 | 110.510.041,06 | -452.463.870,94 | |
| Serviços Administrativos e Comerciais Gerais | 562.973.912,00 | 562.973.912,00 | 110.338.080,30 | -452.635.831,70 | |
| Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte | - | - | - | - | |
| Serviços e Atividades Referentes à Saúde | - | - | - | - | |
| Serviços e Atividades Financeiras | - | - | - | - | |
| Outros Serviços | - | - | 171.960,76 | 171.960,76 | |
| Transferências Correntes | 110.599.992,00 | 110.599.992,00 | 20.170.710,38 | -90.429.281,62 | |
| Outras Receitas Correntes | 150.786.214,00 | 150.786.214,00 | 413.522.879,03 | 262.736.665,03 | |
| Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | 80.786.214,00 | 80.786.214,00 | 413.050.431,54 | 332.264.217,54 | |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | 70.000.000,00 | 70.000.000,00 | 87.135,96 | -69.912.864,04 | |
| Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público | - | - | - | - | |
| Demais Receitas Correntes | - | - | 385.311,53 | 385.311,53 | |
| RECEITAS DE CAPITAL | 1.078.314.069,00 | 1.078.314.069,00 | 45.070.862,36 | -1.033.243.206,64 | |
| Operações de Crédito | 1.033.243.207,00 | 1.033.243.207,00 | - | -1.033.243.207,00 | |
| Operações de Crédito Internas | 1.033.243.207,00 | 1.033.243.207,00 | - | -1.033.243.207,00 | |
| Operações de Crédito Externas | - | - | - | - | |
| Alienação de Bens | - | - | - | - | |
| Alienação de Bens Móveis | - | - | - | - | |
| Alienação de Bens Imóveis | - | - | - | - | |
| Alienação de Bens Intangíveis | - | - | - | - | |
| Amortização de Empréstimos | 45.070.862,00 | 45.070.862,00 | 45.070.862,36 | 0,36 | |
| Transferências de Capital | - | - | - | - | |

| | | | | |
|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|--------------------------|
| Outras Receitas de Capital | - | - | - | - |
| Integralização do Capital Social | - | - | - | - |
| Resultado do Banco Central do Brasil | - | - | - | - |
| Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional | - | - | - | - |
| Resgate de Títulos do Tesouro Nacional | - | - | - | - |
| Demais Receitas de Capital | - | - | - | - |
| SUBTOTAL DE RECEITAS | 4.847.255.306,00 | 4.847.255.306,00 | 1.603.599.903,19 | -3.243.655.402,81 |
| REFINANCIAMENTO | - | - | - | - |
| Operações de Crédito Internas | - | - | - | - |
| Mobiliária | - | - | - | - |
| Contratual | - | - | - | - |
| Operações de Crédito Externas | - | - | - | - |
| Mobiliária | - | - | - | - |
| Contratual | - | - | - | - |
| SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO | 4.847.255.306,00 | 4.847.255.306,00 | 1.603.599.903,19 | -3.243.655.402,81 |
| TOTAL | 4.847.255.306,00 | 4.847.255.306,00 | 1.603.599.903,19 | -3.243.655.402,81 |
| CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO | - | - | - | - |
| CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADÇÃO | - | - | - | - |

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | DESPESA | | | | | |
|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS | SALDO DA DOTAÇÃO |
| DESPESAS CORRENTES | 2.985.158.121,00 | 2.963.422.821,00 | 1.303.255.619,95 | 665.940.868,41 | 595.017.764,88 | 1.660.167.201,05 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 1.371.111.133,00 | 1.371.153.387,00 | 689.043.344,50 | 408.155.901,36 | 346.465.033,30 | 682.110.042,50 |
| Juros e Encargos da Dívida | 13.200.000,00 | 13.200.000,00 | 10.273.137,49 | 5.310.790,27 | 5.310.790,27 | 2.926.862,51 |
| Outras Despesas Correntes | 1.600.846.988,00 | 1.579.069.434,00 | 603.939.137,96 | 252.474.176,78 | 243.241.941,31 | 975.130.296,04 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 538.366.527,00 | 538.055.508,00 | 77.344.598,83 | 25.838.183,80 | 25.518.135,29 | 460.710.909,17 |
| Investimentos | 119.396.107,00 | 119.085.088,00 | 30.731.689,51 | 2.531.729,14 | 2.211.680,63 | 88.353.398,49 |
| Inversões Financeiras | 368.570.420,00 | 368.570.420,00 | - | - | - | 368.570.420,00 |
| Amortização da Dívida | 50.400.000,00 | 50.400.000,00 | 46.612.909,32 | 23.306.454,66 | 23.306.454,66 | 3.787.090,68 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 1.219.212.092,00 | 1.219.212.092,00 | - | - | - | 1.219.212.092,00 |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS | 4.742.736.740,00 | 4.720.690.421,00 | 1.380.600.218,78 | 691.779.052,21 | 620.535.900,17 | 3.340.090.202,22 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida Interna | - | - | - | - | - | - |
| Dívida Mobiliária | - | - | - | - | - | - |
| Outras Dívidas | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida Externa | - | - | - | - | - | - |
| Dívida Mobiliária | - | - | - | - | - | - |
| Outras Dívidas | - | - | - | - | - | - |
| SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO | 4.742.736.740,00 | 4.720.690.421,00 | 1.380.600.218,78 | 691.779.052,21 | 620.535.900,17 | 3.340.090.202,22 |
| SUPERAVIT | - | - | 222.999.684,41 | - | - | -222.999.684,41 |
| TOTAL | 4.742.736.740,00 | 4.720.690.421,00 | 1.603.599.903,19 | 691.779.052,21 | 620.535.900,17 | 3.117.090.517,81 |

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | LIQUIDADOS | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|----------------------------|------------------------------------|---|-----------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| DESPESAS CORRENTES | 115.893.145,62 | 124.831.066,65 | 124.740.040,89 | 124.054.529,34 | 22.000.531,90 | 94.669.151,03 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 7.519.837,10 | 7.080.815,95 | 1.523.594,07 | 1.523.594,07 | 3.069.291,03 | 10.007.767,95 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 108.373.308,52 | 117.750.250,70 | 123.216.446,82 | 122.530.935,27 | 18.931.240,87 | 84.661.383,08 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 35.455.367,23 | 127.595.970,59 | 43.902.848,47 | 43.409.300,59 | 1.523.430,26 | 118.118.606,97 |
| Investimentos | 33.108.980,23 | 127.595.970,59 | 43.902.848,47 | 43.409.300,59 | 1.523.430,26 | 115.772.219,97 |
| Inversões Financeiras | 2.346.387,00 | - | - | - | - | 2.346.387,00 |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 151.348.512,85 | 252.427.037,24 | 168.642.889,36 | 167.463.829,93 | 23.523.962,16 | 212.787.758,00 |

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|----------------------------|------------------------------------|---|----------------------|------------------|----------------------|
| DESPESAS CORRENTES | 8.252.314,11 | 53.430.357,04 | 50.741.225,30 | 41.588,09 | 10.899.857,76 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 114.802,34 | 44.700.772,11 | 44.370.700,88 | 8.809,33 | 436.064,24 |
| Juros e Encargos da Dívida | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 8.137.511,77 | 8.729.584,93 | 6.370.524,42 | 32.778,76 | 10.463.793,52 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 7.394.384,29 | 1.289.397,63 | 1.158.521,87 | - | 7.525.260,05 |
| Investimentos | 7.394.384,29 | 1.289.397,63 | 1.158.521,87 | - | 7.525.260,05 |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 15.646.698,40 | 54.719.754,67 | 51.899.747,17 | 41.588,09 | 18.425.117,81 |

3. Balanço Patrimonial

| ATIVO | | |
|--|--------------------------|------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 |
| ATIVO CIRCULANTE | 6.090.292.561,12 | - |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 5.566.176.310,42 | - |
| Créditos a Curto Prazo | 506.441.031,23 | - |
| Clientes | 132.645.358,77 | |
| Créditos de Transferências a Receber | 6.344.973,15 | |
| Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 3.289.615,33 | |
| Demais Créditos e Valores | 397.099.328,00 | |
| (-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo | -32.938.244,02 | |
| Estoques | 3.791.144,36 | - |
| VPDs Pagas Antecipadamente | 13.884.075,11 | - |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | 6.214.079.028,71 | - |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 2.695.692.697,96 | - |
| Créditos a Longo Prazo | 2.601.539.074,88 | |
| Clientes | 1.917.190,11 | |
| Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 2.016.719.746,88 | |
| Dívida Ativa Tributária | 2.950.400.211,86 | |
| Dívida Ativa Não Tributária | 16.944.852.671,95 | |
| Demais Créditos e Valores | 272.562.966,30 | |
| (-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo | -19.584.913.712,22 | |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo | 62.788.826,63 | |
| VPDs Pagas Antecipadamente | 31.364.796,45 | |
| Investimentos | 80.898.596,10 | - |
| Participações Permanentes | 80.898.596,10 | - |
| Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial | 80.841.335,00 | |
| Participações Avaliadas pelo Método de Custo | 57.261,10 | |
| Imobilizado | 3.220.555.229,64 | - |
| Bens Móveis | 2.697.444.199,02 | - |
| Bens Móveis | 3.963.590.389,92 | - |
| (-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis | -1.260.709.609,14 | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis | -5.436.581,76 | - |
| Bens Imóveis | 523.111.030,62 | - |
| Bens Imóveis | 556.579.743,00 | - |
| (-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis | -33.468.712,38 | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis | - | - |
| Intangível | 216.932.505,01 | - |
| Softwares | 89.212.997,82 | - |
| Softwares | 127.807.502,33 | - |
| (-) Amortização Acumulada de Softwares | -38.594.504,51 | - |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais | 127.719.507,19 | - |
| Marcas, Direitos e Patentes Industriais | 162.293.141,23 | - |
| (-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind | -34.547.122,01 | - |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. | -26.512,03 | - |
| TOTAL DO ATIVO | 12.304.371.589,83 | - |

| PASSIVO | | |
|---|-------------------------|------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 |
| PASSIVO CIRCULANTE | 971.384.486,42 | - |
| Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo | 114.036.076,97 | - |
| Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo | 38.432.337,23 | - |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | 87.444.982,64 | - |
| Obrigações Fiscais a Curto Prazo | 16.156.901,94 | - |
| Obrigações de Repartição a Outros Entes | 7.768.892,00 | - |
| Provisões a Curto Prazo | 71.858.355,44 | - |
| Demais Obrigações a Curto Prazo | 635.686.940,20 | - |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | 2.364.820.142,25 | - |
| Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo | - | - |
| Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo | 199.480.628,60 | - |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo | 148.105.665,64 | - |
| Obrigações Fiscais a Longo Prazo | - | - |
| Provisões a Longo Prazo | 66.173.168,54 | - |
| Demais Obrigações a Longo Prazo | 1.951.060.679,47 | - |
| Resultado Diferido | - | - |
| TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL | 3.336.204.628,67 | - |

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
|---|--------------------------|------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 |
| Patrimônio Social e Capital Social | 3.427.607.382,97 | - |
| Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) | 4.538.185,53 | - |
| Reservas de Capital | - | - |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | - | - |
| Reservas de Lucros | 93.584.691,92 | - |
| Demais Reservas | - | - |
| Resultados Acumulados | 5.442.547.587,50 | - |
| Resultado do Exercício | -1.970.822.236,78 | - |
| Resultados de Exercícios Anteriores | 7.351.873.208,34 | - |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | 61.496.615,94 | - |
| (-) Ações / Cotas em Tesouraria | -110.886,76 | - |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 8.968.166.961,16 | - |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 12.304.371.589,83 | - |

4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

| | 2021 | 2020 |
|--|--------------------------|----------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | -1.479.806.263,85 | - |
| INGRESSOS | 4.116.094.060,30 | - |
| Receita Tributária | 184.188.443,17 | - |
| Receita de Contribuições | 655.631.208,53 | - |
| Receita Patrimonial | 127.543.006,01 | - |
| Receita Agropecuária | - | - |
| Receita Industrial | - | - |
| Receita de Serviços | 110.510.041,06 | - |
| Remuneração das Disponibilidades | 46.962.752,65 | - |
| Outras Receitas Derivadas e Originárias | 413.522.879,03 | - |
| Transferências Recebidas | 20.170.710,38 | - |
| Intergovernamentais | - | - |
| Dos Estados e/ou Distrito Federal | - | - |
| Dos Municípios | - | - |
| Intragovernamentais | - | - |
| Outras Transferências Recebidas | 20.170.710,38 | - |
| Outros Ingressos Operacionais | 2.557.565.019,47 | - |
| Ingressos Extraorçamentários | 286.577.315,14 | - |
| Transferências Financeiras Recebidas | 1.291.870.163,16 | - |
| Arrecadação de Outra Unidade | 952.515.428,14 | - |
| Demais Recebimentos | 26.602.113,03 | - |
| DESEMBOLSOS | -5.595.900.324,15 | - |
| Pessoal e Demais Despesas | -680.887.868,10 | - |
| Legislativo | - | - |
| Judiciário | - | - |
| Essencial à Justiça | - | - |
| Administração | -41.094.844,37 | - |
| Defesa Nacional | - | - |
| Segurança Pública | - | - |
| Relações Exteriores | - | - |
| Assistência Social | - | - |
| Previdência Social | -10.636.523,57 | - |
| Saúde | -17.418.155,61 | - |
| Trabalho | - | - |
| Educação | - | - |
| Cultura | - | - |
| Direitos da Cidadania | -1.170.112,06 | - |
| Urbanismo | - | - |
| Habitação | - | - |
| Saneamento | - | - |
| Gestão Ambiental | - | - |
| Ciência e Tecnologia | -5.026.841,19 | - |
| Agricultura | -1.854.827,23 | - |
| Organização Agrária | - | - |
| Indústria | - | - |
| Comércio e Serviços | - | - |
| Comunicações | -580.107.602,38 | - |
| Energia | - | - |
| Transporte | -1.905.976,21 | - |
| Desporto e Lazer | - | - |
| Encargos Especiais | -21.723.489,99 | - |
| (+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento | 50.504,51 | - |
| Juros e Encargos da Dívida | -5.310.790,27 | - |
| Juros e Correção Monetária da Dívida Interna | -5.310.790,27 | - |
| Juros e Correção Monetária da Dívida Externa | - | - |
| Outros Encargos da Dívida | - | - |
| Transferências Concedidas | -84.958.868,64 | - |
| Intergovernamentais | -1.387.000,00 | - |
| A Estados e/ou Distrito Federal | -1.387.000,00 | - |
| A Municípios | - | - |
| Intragovernamentais | -78.668.612,75 | - |
| Outras Transferências Concedidas | -4.903.255,89 | - |
| Outros Desembolsos Operacionais | -4.824.742.797,14 | - |
| Dispêndios Extraorçamentários | -24.735.051,96 | - |
| Transferências Financeiras Concedidas | -4.800.005.458,52 | - |

| | | |
|--|--------------------------|----------|
| Valores Compensados | -2.286,66 | |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | -314.128,73 | - |
| INGRESSOS | 45.070.862,36 | - |
| Alienação de Bens | - | - |
| Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 45.070.862,36 | - |
| Outros Ingressos de Investimentos | - | - |
| DESEMBOLSOS | -45.384.991,09 | - |
| Aquisição de Ativo Não Circulante | -35.327.466,80 | - |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos | - | - |
| Outros Desembolsos de Investimentos | -10.057.524,29 | - |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | -23.306.454,66 | - |
| INGRESSOS | - | - |
| Operações de Crédito | - | - |
| Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes | - | - |
| Transferências de Capital Recebidas | - | - |
| Outros Ingressos de Financiamento | - | - |
| DESEMBOLSOS | -23.306.454,66 | - |
| Amortização / Refinanciamento da Dívida | -23.306.454,66 | - |
| Outros Desembolsos de Financiamento | - | - |
| GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | -1.503.426.847,24 | - |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL | 7.069.603.157,66 | - |
| CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL | 5.566.176.310,42 | - |

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

| ATIVO | | | PASSIVO | | |
|------------------|------------------|------|--------------------------|-------------------------|------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 | ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 |
| ATIVO FINANCEIRO | 5.720.632.153,92 | - | PASSIVO FINANCEIRO | 1.297.966.579,68 | - |
| ATIVO PERMANENTE | 6.583.739.435,91 | - | PASSIVO PERMANENTE | 2.914.631.473,52 | - |
| | | | SALDO PATRIMONIAL | 8.091.773.536,63 | |

5. Demonstração das Variações Patrimoniais

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS | | |
|---|--------------------------|------|
| | 2021 | 2020 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 2.495.708.888,78 | - |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 157.356.340,21 | - |
| Taxas | 157.356.340,21 | - |
| Contribuições | 651.438.486,29 | - |
| Contribuições Sociais | 1.196.062,94 | - |
| Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico | 650.242.423,35 | - |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | 70.741.917,48 | - |
| Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços | 70.741.917,48 | - |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | 38.823.380,36 | - |
| Juros e Encargos de Mora | 429.652,59 | - |
| Variações Monetárias e Cambiais | 185.938,64 | - |
| Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras | 38.207.789,13 | - |
| Transferências e Delegações Recebidas | 923.648.400,63 | - |
| Transferências Intragovernamentais | 921.959.438,07 | - |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas | 1.688.962,56 | - |
| Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos | 1.034.951,45 | - |
| Ganhos com Incorporação de Ativos | 991.115,00 | - |
| Ganhos com Desincorporação de Passivos | 43.836,45 | - |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | 652.665.412,36 | - |
| Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas | 18.130.011,99 | - |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | 634.535.400,37 | - |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 4.333.192.058,47 | - |
| Pessoal e Encargos | 198.276.873,69 | - |
| Remuneração a Pessoal | 151.480.702,38 | - |
| Encargos Patronais | 42.418.678,19 | - |
| Benefícios a Pessoal | 3.776.341,61 | - |
| Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos | 601.151,51 | - |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 13.009.175,74 | - |
| Aposentadorias e Reformas | 5.131.940,15 | - |
| Pensões | 818.821,95 | - |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 7.058.413,64 | - |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | 208.264.971,47 | - |
| Uso de Material de Consumo | 704.731,95 | - |
| Serviços | 140.246.304,89 | - |
| Depreciação, Amortização e Exaustão | 67.313.934,63 | - |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | 3.223.439,73 | - |
| Juros e Encargos de Mora | 3.220.874,18 | - |
| Variações Monetárias e Cambiais | 2.492,01 | - |
| Descontos Financeiros Concedidos | 73,54 | - |
| Transferências e Delegações Concedidas | 3.885.127.347,88 | - |
| Transferências Intragovernamentais | 3.883.449.080,32 | - |
| Outras Transferências e Delegações Concedidas | 1.678.267,56 | - |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | 15.234.269,68 | - |
| Perdas com Alienação | 1.865,79 | - |
| Perdas Involuntárias | 292.531,99 | - |
| Incorporação de Passivos | 10.924.033,00 | - |
| Desincorporação de Ativos | 4.015.838,90 | - |
| Tributárias | 7.222.295,67 | - |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 5.407.313,61 | - |
| Contribuições | 1.814.982,06 | - |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | 2.833.684,61 | - |
| Incentivos | 150.800,00 | - |
| Constituição de Provisões | 463.565,73 | - |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas | 2.219.318,88 | - |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO | -1.837.483.169,69 | - |

6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

| Especificação | Patrimônio/ Capital Social | Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC) | Reserva de Capital | Reservas de Lucros | Demais Reservas | Resultados Acumulados | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Ações/Cotas em Tesouraria | Total |
|--|-------------------------------|--|-----------------------|-----------------------|--------------------|--------------------------|--|---------------------------------|-------|
| Saldo Inicial do Exercício 2020 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Variação Cambial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aumento/Redução de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resgate/Reemissão de Ações e Cotas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado do Exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Constituição/Reversão de Reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos/Juros sobre Capital Próprio | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo Final do Exercício 2020 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

| Especificação | Patrimônio/ Capital Social | Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC) | Reserva de Capital | Reservas de Lucros | Demais Reservas | Resultados Acumulados | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Ações/Cotas em Tesouraria | Total |
|--|-------------------------------|--|-----------------------|-----------------------|--------------------|--------------------------|--|---------------------------------|-------------------------|
| Saldo Inicial do Exercício 2021 | 3.414.659.481,22 | 12.947.901,75 | - | 93.584.691,92 | - | 7.210.443.194,26 | - | -110.886,76 | 10.731.524.382,39 |
| Variação Cambial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | - | 792.945,53 | - | - | - | 202.649.515,34 | - | - | 203.442.460,87 |
| Aumento/Redução de Capital | 12.947.901,75 | -9.202.661,75 | - | - | - | - | - | - | 3.745.240,00 |
| Resgate/Reemissão de Ações e Cotas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos | - | - | - | - | - | 277.114,68 | - | - | 277.114,68 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Resultado do Exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | -1.970.822.236,78 |
| | | | | | | 1.970.822.236,78 | | | |
| Constituição/Reversão de Reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos/Juros sobre Capital Próprio | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo Final do Exercício 2021 | 3.427.607.382,97 | 4.538.185,53 | - | 93.584.691,92 | - | 5.442.547.587,50 | - | -110.886,76 | 8.968.166.961,16 |

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Balanço Patrimonial

Nota 01

Inicialmente cumpre destacar que o Órgão 41000 – Ministério das Comunicações foi ativado no SIAFI no exercício de 2021, recebendo os saldos contábeis das Unidades Gestoras 110319 – SECOM/PR e 240267 – SETEL/MCTI; e, como Órgão Superior, os saldos dos Órgãos Vinculados 20415: Empresa Brasil de Comunicação – EBC; 24216: Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS; 41231: Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; 41902: Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST; E 41903: Fundo para o Desenvolvimento das Telecomunicações – FUNTTEL. Assim, não há base de comparação (saldos no exercício de 2020) para análise horizontal do Balanço Patrimonial.

Nota 02 - Ajustes para Perdas de Créditos (LP)

O valor se refere em quase que sua totalidade (>99%) a ajuste de perdas em créditos (tributários e não tributários) da Anatel e do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, vinculados àquela agência e registrados em seu sistema interno de gestão de crédito (SIGEC).

Nota 03 - Dívida Ativa

Dívida Ativa Tributária

Os valores se referem, quase em sua totalidade, à dívida ativa inscrita pela ANATEL relativa às contribuições para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST.

Dívida Ativa não Tributária

Os valores se referem, quase em sua totalidade, à dívida ativa inscrita pela ANATEL relativa às multas previstas na Lei Geral de Telecomunicações.

Do total, R\$ 12,38 bilhões se referem às multas registradas até o exercício de 2020. O Ajuste para Perda contabilizado para o montante inscrito referente às multas foi de 97,65%.

Do montante inscrito em dívida, R\$ 12 bilhões se referem a débitos do Grupo Oi. Em novembro de 2020, a Anatel, por meio da Procuradoria-Geral Federal (PGF), celebrou acordo com o mencionado Grupo nos termos da Lei nº 13.988/2020, com o objetivo de encerrar tais litígios.

Nota 04 - Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta caixa e equivalentes de caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Abaixo, a distribuição do valor no Ministério das Comunicações e Órgãos vinculados:

| Órgão | Valor | % |
|-----------------------------|-----------------------------|----------------|
| EBC | R\$ 274.665.290,24 | 4,93% |
| Telebrás | R\$ 983.122.602,39 | 17,66% |
| Ministério das Comunicações | R\$ 25.453.263,18 | 0,46% |
| Anatel | R\$ 4.245.909.557,07 | 76,28% |
| Funttel | R\$ 37.025.597,54 | 0,67% |
| Total | R\$ 5.405.169.399,31 | 100,00% |

Do valor registrado na Anatel, 87% se referem a recursos próprios vinculados à pagamento de pessoal.

Relativamente à Telebras, 84% dos valores registrados se referem a recursos de adiantamento para futuro aumento de capital, aplicados pelo Órgão em Fundos Extra Mercado.

Nota 05 – Bens Móveis

Os bens móveis do Órgão Superior, representam 32,21% do ativo total, sendo que 84% desse grupo de ativos estão registrados na Telebrás. A seguir, a composição do total registrado em bens móveis no Ministério das Comunicações.

| Bens Móveis | Valor em R\$ |
|---|------------------|
| Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas | 259.067.495,27 |
| Bens de Informática | 2.702.071.325,28 |
| Móveis e Utensílios | 29.554.755,43 |
| Material Cultural, Educacional e de Comunicação | 186.213.676,24 |
| Veículos | 11.114.431,61 |
| Bens Móveis em Andamento | 668.930.834,28 |
| Bens Móveis em Almoxarifado | 4.319,24 |
| Demais Bens Móveis | 106.633.552,57 |

| | |
|-------------------------------------|-------------------------|
| Depreciação / Amortização Acumulada | (1.260.709.609,14) |
| Redução ao Valor Recuperável | (5.436.581,76) |
| Total | 2.697.444.199,02 |

Nota 06 – Bens Imóveis

Os bens imóveis representam um valor bruto de R\$ 556.579.743,00 (quinhentos e cinquenta e seis milhões, quinhentos e setenta e nove mil, setecentos e quarenta e três reais), 4,52% do ativo total, categorizados conforme o quadro.

Destaca-se que aproximadamente 82% desse valor está registrado no ativo da Anatel.

| Bens Imóveis | |
|--|-----------------------|
| Bens de Uso Especial | 471.653.648,32 |
| Bens Imóveis em Andamento | 16.710.491,53 |
| Benfeitorias em Propriedade de Terceiros | 5.263.728,78 |
| Instalações | 57.163.562,67 |
| Demais Bens Imóveis | 5.788.311,70 |
| Deprec. Acum. /Amort. Acumulada - Bens Imóveis | (33.468.712,38) |
| Total | 523.111.030,62 |

Nota 07 – Fornecedores

Os valores correspondentes a fornecedores representam 4,44% das obrigações do Órgão, e apresentam a seguinte composição:

| Fornecedores | |
|---------------------|-----------------------|
| Curto Prazo | 87.444.982,64 |
| Nacionais | 87.444.982,64 |
| Longo Prazo | 148.105.665,64 |
| Nacionais | 148.105.665,64 |
| Total | 235.550.648,28 |

Essas obrigações estão assim distribuídas entre os órgãos do Ministério das Comunicações:

| Fornecedores – Por Órgão Contratante | |
|---|-----------------------|
| EBC | 3.426.027,62 |
| Telebrás | 229.172.236,06 |
| Ministério das Comunicações | 2.797.985,68 |
| Anatel | 112.499,76 |
| Funttel | 41.899,16 |
| TOTAL | 235.550.648,28 |

Nota 08 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – LP

Os empréstimos e financiamentos a longo prazo, representam 16,39% do ativo total do Órgão, num valor aproximado de dois bilhões de reais, relativos a contratos firmados entre o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL. Os principais devedores são: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

Nota 09 – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

O valor de aproximadamente 1,5 bilhão de reais, está registrado no passivo da Telecomunicações Brasileira S.A. – Telebras. No momento estão em andamento as tratativas para a realização do aumento de capital da Empresa.

Nota 10 – Adiantamento de Clientes – LP

O valor de R\$ 456 milhões, registrado no passivo da Telebras, se refere a valores repassados pelos Ministérios da Defesa – MD e da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, referente aos serviços contratados por esses Órgãos.

Nota 11 – Outras Obrigações a Curto Prazo

O valor total de R\$ 230.874.184,91 (duzentos e trinta milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, cento e oitenta e quatro reais e noventa e um centavos), 99% do grupo “Outras Obrigações a Curto Prazo”, se refere a Termos de Execução Descentralizada firmados pela Secretaria de Telecomunicações – SETEL, pela Secretaria Especial de Comunicação Social e pela Empresa Brasileira de Comunicação – EBC com outros Órgão da Administração.

Nota 12 – Financiamentos a Longo Prazo – Interno

Os valores registrados nas contas de Financiamento do Ativo Permanente (curto e longo prazo), são relativos à captação de recursos junto a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (Empresa Pública Vinculada ao MCTI) para financiamento do projeto de desenvolvimento de Satélite.

2. Balanço Orçamentário

Nota 13 – O Orçamento do exercício 2021, foi aprovado pela Lei 14.144, de 22 de abril de 2021.

O regime orçamentário segue o previsto no art. 35 da Lei 4.320/1964: “pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”.

Quanto à classificação adotada, está prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2021 (Lei 14.116/2020).

As entidades abrangidas pelo Órgão 41000 – Ministério das Comunicações são as seguintes:

| Órgãos Subordinados/Vinculados | Unidade Orçamentária |
|---|----------------------|
| Ministério das Comunicações | 41101, 93496 |
| Telecomunicações Brasileira S.A. – Telebrás | 41260, 93435 |
| Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC | 41261, 93178 |
| Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL | |
| Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST | 41902 |
| Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL | 41903, 74905 |

Cumprir destacar que não houve utilização de Superávit Financeiro, nem abertura de créditos especial e extraordinário no 2º trimestre de 2021. Também não houve no trimestre atualizações monetárias do orçamento.

Assim, o Balanço Orçamentário do Ministério das Comunicações e seus órgãos vinculados, com base em 30/06/2021, é o apresentado, de forma resumida, a seguir:

| Balanço Orçamentário | Realização/Execução |
|----------------------------|-------------------------|
| Receitas Correntes | 1.558.529.040,83 |
| Receitas de Capital | 45.070.862,36 |
| Total das Receitas | 1.603.599.903,19 |
| Despesas Correntes | 1.303.255.619,95 |
| Despesas de Capital | 77.344.598,83 |
| Total das Despesas | 1.380.600.218,78 |
| Superávit/(Déficit) | 222.999.684,41 |

Nota 14 – Restos a Pagar

A Lei nº 4.320, de 23 de dezembro de 1964, em seu artigo 36, define Restos a Pagar como “as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas”.

Configura-se como Restos a Pagar Processados aqueles cujo o 2º estágio da despesa orçamentária (liquidação) já foi realizado, enquanto os Restos a Pagar não Processados, são os que a despesa se encontra pendente de liquidação, isto é, o empenho se encontra a liquidar ou em liquidação.

Nesse sentido, os quadros a seguir mostram a posição dos Restos a Pagar – RP do Ministério das Comunicações e seus Órgãos Vinculados, em 30/06/2021:

| Restos a Pagar Processados | | | | | |
|----------------------------|----------------------|---------------------|------------------|----------------------|----------------------|
| Órgão | Inscritos | Reinscritos | Cancelados | Pagos | A Pagar |
| EBC | 22.010.851,86 | 7.761.876,95 | 40.016,57 | 19.462.464,11 | 10.270.248,13 |
| TELEBRAS | 5.521.368,12 | | 1.571,52 | 5.253.209,01 | 266.587,59 |
| MCOM | 7.849.181,81 | | | | 7.849.181,81 |
| ANATEL | 27.187.534,69 | 35.639,64 | | 27.184.074,05 | 39.100,28 |
| FUNTEL | | | | | |
| TOTAL | 62.568.936,48 | 7.797.516,59 | 41.588,09 | 51.899.747,17 | 18.425.117,81 |

| Restos a Pagar Não Processados | | | | | | | |
|--------------------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|
| Órgão | Inscritos | Reinscritos | Cancelados | Liquidados a Pagar | Pagos | A Pagar | Bloqueados |
| EBC | 40.168.086,80 | 15.136.114,50 | 3.507.980,93 | 653.087,50 | 18.046.510,37 | 33.749.710,00 | 6.681.350,96 |
| TELEBRAS | 102.360.712,93 | | 15.850.058,71 | 30.405,41 | 64.220.911,79 | 22.289.742,43 | |
| MCOM | 140.932.170,72 | | | 493.921,27 | 58.983.968,74 | 81.948.201,98 | 22.821.028,46 |
| ANATEL | 75.803.575,71 | 28.973.264,32 | 4.165.922,52 | 1.645,25 | 26.212.439,03 | 74.398.478,48 | 15.690.147,78 |
| FUNTEL | 401.625,11 | | | | | 401.625,11 | |
| TOTAL | 359.666.171,27 | 44.109.378,82 | 23.523.962,16 | 1.179.059,43 | 167.463.829,93 | 212.787.758,00 | 45.192.527,20 |

3. Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 15 – Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico

Representando aproximadamente 23% das variações patrimoniais aumentativas, as contribuições de intervenção no domínio econômico se referem às arrecadações à Anatel e ao Fust, sobre a prestação de serviços de telecomunicações, conforme composição a seguir:

| Órgão Arrecadador | Base de Arrecadação | Valor | % |
|-------------------|---|---------------------------|----------------|
| ANATEL | Contribuição Sobre a receita das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações | R\$ 431.154.914,58 | 44,00% |
| ANATEL | Prestação dos serviços de telecomunicações explorados diretamente pelo executivo ou outorgados por este a entidades de sua administração direta | R\$ 318.263.941,10 | 32,48% |
| FUST | Contribuição devida pelas empresas prestadoras de serviços de telecomunicações , a alíquota de 0,5% sobre a receita bruta decorrente de prestação de serviços de telecomunicações no regime público e privado | R\$ 230.589.139,26 | 23,53% |
| Total | | R\$ 650.183.287,66 | 100,00% |

Nota 16 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

Os valores registrados nessa categoria, num montante de R\$ 873.782.999,33 se referem à receita oriunda de multas por infrações administrativas previstas na Lei Geral de

Telecomunicações (Lei 9.472/1997), recolhida ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, sob administração da Anatel, e representam 20,66% das Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA's, do Ministério das Comunicações.

Nota 17 – Taxas

Representando 6,26% das VPA's, as taxas somaram o valor de R\$ 264.608.185,55 (duzentos e sessenta e quatro milhões, seiscentos e oito mil, cento e oitenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos). Nessa categoria estão englobadas as taxas previstas em lei, arrecadadas ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, devidas pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência:

- Taxa de Fiscalização de Instalação – TFI: devida pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência, no momento da emissão do certificado de licença para o funcionamento das estações; e
- Taxa de Fiscalização de Funcionamento – TFF: devida pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência, anualmente, pela fiscalização do funcionamento das estações.

EMERSON COSTA NOGUEIRA SOUSA
Contador

LIGIA DE ALMEIDA SILVA
Contadora Responsável
Ministério das Comunicações